



*Agenda 150 Anos de Memória  
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao  
Desembargador Acácio Rebouças*

*07/07/2015*

# ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Des. José Thales Sena Rebouças (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo e filho do homenageado)

DISCURSO PROFERIDO EM NOME DA FAMÍLIA - Des. Francisco de Paula Sena Rebouças (filho do homenageado)

ENCERRAMENTO - Dr. José Renato Nalini (Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o desembargador Acácio Rebouças, em continuidade à **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante**.

O Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu homenagem ao desembargador Acácio Rebouças, por meio do projeto **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante**, cuja finalidade é dignificar e enobrecer desembargadores, juízes e servidores do Judiciário paulista. O evento, que aconteceu no Salão do Júri do Palácio da Justiça, contou com a presença de desembargadores, magistrados e familiares do homenageado.

Acácio Rebouças nasceu em Ribeirão Preto (SP), em 1909, e formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1931. Ingressou na Magistratura em 1935, como juiz substituto do 13º Distrito Judicial. Ao longo da carreira na primeira instância, também trabalhou em Ubatuba, Campinas, Olímpia, São José do Rio Preto e na Capital. No ano de 1956, assumiu o cargo de juiz do Tribunal de Alçada e, em 1960, foi promovido ao cargo de desembargador. Foi vice-presidente e presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. No biênio 1976/77, foi corregedor-geral da Justiça e, no biênio seguinte, foi presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Faleceu em 2003.

O desembargador **José Thales Sena Rebouças**, filho do homenageado, foi orador em nome da Corte.

Exmo Sr. Desembargador José Renato Nalini, Digníssimo Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça, em cuja pessoa cumprimento as demais autoridades e colegas aqui presentes.

Senhoras e Senhores:

Falar a respeito do Desembargador Acácio Rebouças deveria ser coisa fácil para mim! Foi como pensei, ao receber o honroso convite de V.Exa, Presidente Nalini. Afinal, meu pai e eu fomos companheiros por mais de 50 anos! Para minha grande surpresa, entretanto, isso não é fácil!

Não por falta de assunto, mas por conta do ser requintado que ele era e da multiplicidade de temas de que ele podia confortavelmente tratar. Pessoalmente, não me recordo de um único assunto que, tendo-lhe levado nesse convívio, não tivesse merecido sua atenção ou nele despertado um interesse genuíno. Muitas vezes, assim começavam longas conversas e profundas reflexões!

Nascido em Ribeirão Preto, era o segundo de uma família de 12 irmãos. Seu pai, Victor Rebouças, era Contador da Prefeitura. Sua mãe, Maria Amélia Furquim Rebouças, moça bonita e prendada, também tocava piano e, às vezes, disse dava aulas. Muito religiosa, dedicava-se incondicionalmente à sua família e foi sempre referida com muito respeito por meu pai. Não a conheci e do meu avô praticamente nada lembro.

Meu pai contava que pretendia ser engenheiro – e ele sabia matemática, mas durante o ginásio sentiu-se influenciado pelo então Juiz Joaquim Mamede da Silva, primo irmão de seu pai, que à época judiciava em Ribeirão. Teve sempre muito respeito por ele, que viria a ser o Desembargador Mamede da Silva.

Nas palavras do meu avô, Acácio começou o Curso Ginásial em 1.921, formando-se em 1.926 “com ótimas notas”. Em abril de 27, prestou vestibular para “estudos de Direito, na Academia de São Paulo”.

Foi no Largo de São Francisco que viveu as angústias da Quebra de 29 e as incertezas trazidas pela Revolução de 30, dentre elas a frustrada posse de Júlio Prestes e a ruptura do regime constitucional de 1891. Entretanto, foi lá que se iniciaram longas amizades e onde também conheceu muitos de seus futuros colegas de Magistratura. Apenas para citar alguns, lá também estavam Arlindo Pereira Lima, Cantidiano Garcia de Almeida, Flávio Torres,



Hildebrando Dantas de Freitas, Lafayette Salles Júnior, Pedro Barbosa Pereira, Tácito Morbach Goes Nobre e Washington de Barros Monteiro, nomes que também dignificaram o Judiciário Bandeirante.

A turma de 31, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, formou-se no dia 7 de setembro, em ato antecipado por causa da grande instabilidade política aqui vivida. Nesse contexto seguiram-se, logo depois, os fatos de 23 de Maio e a Revolução Constitucionalista, que levou muitos Paulistas para as trincheiras. Meu pai era um deles e foi para a fronteira de Minas, na região de Pedregulho, como praça do Batalhão Marcondes Salgado.

Que feliz coincidência a Exposição Comemorativa do 83º Aniversário da Revolução Constitucionalista de 1.932, há poucos minutos inaugurada no Salão dos Passos Perdidos! O Desembargador Acácio Rebouças lá estaria, se pudesse, como autêntico Paulista que sempre foi!

Ficou pouco tempo nas trincheiras, pois logo foi nomeado Delegado de Polícia em Avaí. No início de 1.934 mudou-se para Leme, também como Delegado, e lá ficou até fevereiro de 1.935, quando tomou posse como Juiz Substituto do 13º Distrito Judicial, com sede em Pirassununga.

Em novembro daquele ano foi designado para Guaratinguetá, onde conheceu minha futura mãe, Olyntha Senna, filha do Oficial do Registro Geral da Comarca. Logo ficaram noivos. Casaram-se no começo de 1.938.

Em agosto daquele ano, meu pai foi promovido para a Comarca de Ubatuba, sua primeira entrância. Muitas vezes ouvi minha mãe contar as dificuldades daquele período! Chegar à Comarca, só por meio de um Ita que, saindo de Santos, parava ao largo da costa norte para o desembarque do Juiz e sua esposa. Dali à terra, a viagem continuava numa catraia.

Em Ubatuba, a tranquilidade da vida cotidiana ao que parece só era interrompida pela chegada do avião do CAN - Correio Aéreo Nacional, que, quando vinha, pousava na areia da praia e ali era recebido pelos habitantes. Com exceção das aventuras marítimas, foi um período tranquilo na vida do casal.

Estava ele ainda em Ubatuba quando nasceu o primeiro filho, Francisco de Paula. Pouco antes, minha mãe voltara ao Vale do Paraíba, pois a Comarca não oferecia condições médico hospitalares suficientes para tranquilidade do casal. Logo depois, meu pai foi removido para a Comarca de Campinas, onde atuou como Juiz Adjunto. Lá nasceu o 2º filho, Luiz Gonzaga.

Passados cerca de ano e meio, Acácio Rebouças foi promovido a Juiz de Segunda Entrância, na Comarca de Olímpia. Para lá a família mudou-se no final de 1.941. Foi onde nasceu o terceiro filho, Paulo Henrique.

Há no folclore jurídico muitas anedotas que incluem a figura de um Juiz severo. Em algumas, o nome Acácio Rebouças é explicitamente atribuído à personagem, mas nunca encontrei uma dessas que descrevesse fato real.

Entretanto, houve mesmo em sua carreira algumas passagens pitorescas. Lá em Olímpia, meu pai, que sempre gostou de futebol, era presença constante nos jogos de fim de semana. Em certa ocasião, atrasou-se para uma partida que, por motivos que desconheço, num certo ponto degenerou em grande tumulto. Consta que no gramado estavam todos brigando, árbitro, bandeiras, jogadores e até torcedores, quando meu pai entrou no Estádio sem saber o que ocorria. De repente, sua presença foi anunciada por um grito: - o Dr. Acácio está aqui!... O quebra-quebra acabou de uma vez e, ao que parece, até mesmo a bola se escondeu numa das redes...

Depois de quase cinco anos em Olímpia, meu pai foi promovido para São José do Rio Preto, sua 3ª. Entrância, onde ficou por quatro anos. De lá, voltou para Campinas, onde chegou em abril de 1.950, dessa vez como Juiz de 4ª. Entrância. De início, foi titular da 3ª. Vara Criminal e depois removeu-se para a 1ª. Vara Cível.

Foi em Campinas que nasceram os últimos filhos do casal, primeiro eu e depois minha irmã, Maria Olinta. Acácio Rebouças ficou quatro anos nessa Comarca, até que veio a promoção para o cargo de Juiz Substituto do 2º Grau, no final de 1.954. Para mim, esse foi um momento de enorme perplexidade, pois meu pai virara um pinguim e



todos estavam felizes com isso!

Lá em Campinas conhecemos os futuros Desembargadores Antonio Carlos Alves Braga e Sylvio do Amaral. Foi lá também que conhecemos o Dr. Alberto Gentil de Almeida Pedroso Filho, então Juiz Substituto na Comarca. Desde logo estabeleceram-se grandes e definitivas amizades entre a nossa e essas famílias. Não apenas os casais eram amigos, que constantemente se visitavam, mas também seus filhos e netos posteriormente estabeleceram vínculos próprios de verdadeira amizade. Apenas para citar algumas, deixo aqui o registro da que tenho com Antonio Carlos, Afonso Henrique e Luciana, filhos do Desembargador Alves Braga; com o agora Desembargador Alberto Gentil de Almeida Pedroso Neto, filho do Dr. Alberto Gentil, e com Sylvania, Márcio e Fernando do Amaral, filhos do Desembargador Sylvio do Amaral. Deixo aqui também registrada a profunda amizade que minha mãe tinha pela Dna. Hermengarda, pela Dna. Vera Regina e pela Dna. Mausí, respectivamente esposas do Dr. Sylvio, do Dr. Braga e do Dr. Gentil.

Também em Campinas meu pai reencontrou o futuro Desembargador Marino Falcão, outro grande amigo que conhecera em São José do Rio Preto, ainda como Promotor de Justiça Substituto.

Nas minhas lembranças dos relatos de meus pais, a carreira pelo interior foi um período feliz e tranquilo, apesar das grandes dificuldades financeiras, das distâncias de suas famílias e da expressiva carga de trabalho existente nas Comarcas, característica histórica do Judiciário Paulista. No período da guerra, faltavam muitas coisas, como farinha de trigo, açúcar refinado e gasolina, dentre outras necessidades. Algumas pessoas conseguiam açúcar cristal em cubos, o pão era escuro e os veículos moviam-se a gásogênio, uma invenção francesa dos anos 20 que produzia gás metano a partir do carvão.

A carreira no interior durara 20 anos! Em fevereiro de 1955, viemos todos para São Paulo, que ainda estava sob os efeitos das festas do Quarto Centenário, dos encantos da Chuva de Prata e da arquitetura arrojada do recém-inaugurado Parque do Ibirapuera. Um ano depois ele já era Juiz do Tribunal de Alçada, que ficava num prédio espichado da Rua Sete de Abril e onde integrou a 3a. Câmara Cível.

A vida na Capital era diferente! Morávamos na Praça Vilaboim, numa casa que ainda está lá. Perto residiam grandes amigos, como o Dr. Washington de Barros Monteiro, o Dr. Arlindo Pereira Lima e o Dr. Flávio Torres. Eu não sabia quão ilustres eles eram, mas eram pessoas atenciosas com que eu gostava de conversar.

Peço licença para aqui inserir uma lembrança que ainda hoje me dá muito prazer. Nessa época era comum eu almoçar depressa e sair correndo para a casa do Dr. Washington, que à época era Presidente do Tribunal de Alçada. Morávamos na mesma quadra e lá havia um cadeirão à minha espera, para juntos comermos a sobremesa. Após o cafezinho, entrávamos no “Bell Air” do Tribunal, que tinha uma “chapa” bonita, e juntos buscávamos meu pai. Era um passeio de meia volta no quarteirão. Chegando em casa eu descia e ele tomava o meu lugar. Como isso era bom!

Não tínhamos televisão em casa, coisa que só conheci muitos anos depois. Meu pai era homem caseiro e gostava de estar com a família. Depois do jantar, era comum ficarmos na sala da frente, ouvindo a música que emanava da vitrola Standard Electric, enquanto uns liam e outros jogavam ou conversavam. Havia uma importante diferença de idade entre os três irmãos mais velhos e os dois últimos. Talvez por isso não me lembre bem do que eles faziam nessas ocasiões. Minha mãe, exímia pianista, muitas vezes mantinha sua música no ar e minha irmã, embora pequena, já tinha repertório próprio.

Em casa, meu pai tinha uma rotina diária. Acordava cedo e logo ia para o seu escritório, uma parte da casa onde não se entrava sem uma certa cerimônia. O local era imponente, com enormes estantes e muitos livros, que ele parecia conhecer literalmente de coração! Aliás, evitávamos ali entrar e, se assim fosse necessário, era melhor resolver logo o assunto e sair para não atrapalhar. Eu não sabia exatamente o que ele fazia com aquelas montanhas que entravam e saíam, cada vez que passava o carro do Tribunal, mas é certo que estava sempre lendo aqueles



escritos e datilografando com muito ritmo. Minha visão a esse respeito mudou com o tempo, mas a rotina e a cerimônia persistiram até a sua aposentadoria.

Outra rotina, essa dava-me muito prazer, eram as nossas caminhadas, aos domingos. A Praça da República, onde havia pavões, antas e capivaras, era parada obrigatória. Muitas vezes esticávamos até o Teatro Municipal, e lá ficávamos prisioneiros da música sinfônica, até a hora de voltar para o almoço.

No final de 1.958 mudamos para a Rua Cardoso de Almeida. Pouco depois o Tribunal de Alçada também mudou de endereço e foi para o Pátio do Colégio, para o prédio onde hoje encontra-se instalada a Secretaria da Justiça. Foi um grande evento, mas as rotinas de trabalho não mudaram.

Em junho de 1.960, meu pai foi promovido a Desembargador deste Tribunal de Justiça, passando a integrar a 2a. Câmara Criminal. Na época a Corte era composta de 36 Desembargadores e neste prédio também funcionavam as Varas Criminais. Era um lugar de muito movimento e cheio de corredores e passagens, que aos poucos eu consegui dominar. Na ocasião, governava o Estado de São Paulo o Dr. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, outro colega da Turma de 31 e grande amigo ao longo da vida.

Foi nessa época que recebi uma lição explícita do Magistrado Acácio Rebouças. Sem saber muito bem do que estava falando, perguntei-lhe por que não pedia remoção para uma Câmara Cível, já que gostava da matéria e tinha atuado no Cível desde Campinas. Com muita calma e firmeza ele respondeu: “- Por algum motivo eu fui promovido para uma Câmara Criminal. É onde devo ficar. Talvez um dia eu saiba a razão”. Seguiu-se um longo silêncio.

Meu pai era homem de fé Cristã. Embora não fosse às missas de domingo, com frequência entrava em templos para orar. Era, sem dúvida, provido de grande espiritualidade e a resposta que ali me dera tinha esse peso. Muitos anos depois, já na minha carreira de Magistrado, aquela mesma frase repercutia em meus pensamentos a cada uma das inúmeras designações que recebi como Juiz Auxiliar da Capital, muitas vezes tendo de cruzar a cidade às pressas porque chegava ao Fórum sem saber que cessara a designação anterior.

Menos de um ano após tornar-se Desembargador, Acácio Rebouças passou a integrar a Justiça Eleitoral, primeiro como Juiz Suplente e depois como Juiz Efetivo, sendo reconduzido no final do primeiro termo. Em junho de 1.965, já sob o Governo Revolucionário, foi eleito Vice Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e, passados cinco meses, foi conduzido à Presidência daquela Corte, hoje sob o comando do Eminentíssimo Desembargador Antonio Carlos Mathias Coltro.

Meu pai dava início aos trabalhos de apuração do pleito de 1.966, quando recebeu a notícia do nascimento do seu primeiro neto, Carlos Alberto.

Seguiram-se anos difíceis, em que sangrava a Constituição de 1.946. De algum modo a tensão era percebida dentro de casa, mas a rotina era a mesma. Acordava cedo e ia para o seu escritório. Às vezes saíamos juntos depois do almoço, eu para a escola e ele para o Tribunal.

Geralmente, meu pai não trazia as questões da rua para dentro de casa. Uma ou outra vez ouvíamos que ele estava envolvido no julgamento de um caso rumoroso, mas para nós ele nada dizia sobre as causas que tinha sob sua responsabilidade. O jantar era servido logo que chegava em casa e, depois, certamente preferia a distração de um baralho ou de um jogo de xadrez. A música, sempre presente em nossa casa, dava o tom de fundo. Nessa fase, meus irmãos mais velhos já tinham vida própria e a reunião noturna acontecia entre o casal e nós dois, minha irmã e eu.

Quando jovem, meu pai estudara violino, mas penso que ele não gostava do instrumento. Sozinho aprendeu a tocar o violão e o piano. A Appassionata de Beethoven era a sua preferida. Em nossa casa, todos aprendemos desde cedo a tocar piano e, para orgulho de minha mãe, às vezes havia fila de espera em torno do instrumento.

De todos nós, apenas a Maria Olinta levou o piano a sério e construiu sua vida em torno dele, sem abrir mão



da formação acadêmica em Administração de Empresas. Isso sempre foi motivo de orgulho para toda a família.

Tive ampla liberdade para escolher minha profissão, um grande desafio, e creio que meus irmãos também assim se sentiram. Curiosamente, cada um dos cinco filhos seguiu um caminho. O mais velho escolheu o Direito, o segundo a Medicina, o terceiro a Agronomia e, eu, a Eletrônica. Minha irmã dividia-se entre o piano e a Administração. Essa variedade deixava minha mãe orgulhosa.

Terminado o mandato para a Justiça Eleitoral, o meu pai retomou suas atividades na 2.ª Câmara Criminal e ali ficou até ser eleito Corregedor Geral da Justiça, para o biênio 1.976/77.

Pela primeira vez eu vi meu pai pernoitar fora de casa, por conta das viagens em correição que realizava. Nessa época, a Corregedoria Geral contava com apenas três Juizes Auxiliares, que naquela gestão foram os então Juizes Antonio Galvão Furquim Rebouças, irmão caçula do meu pai, Antonio Joaquim de Oliveira e Francisco de Paula Sena Rebouças.

Terminado o biênio, Acácio Rebouças foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça, para os anos 1.978/79.

O exercício da Presidência foi tarefa árdua, pois eram frequentes as tentativas de interferência pelo Poder Executivo. O Judiciário estava sob a séria ameaça da futura Lei Orgânica da Magistratura, que vinha sendo elaborada nos gabinetes de Brasília em termos que prometiam acabar com a independência da Magistratura.

Federalista convicto, lutou pela preservação desse princípio, em sequência à posição que defendera num famoso discurso, proferido por ocasião da Abertura do Ano Judiciário, em 1.977.

Ainda no exercício da Presidência, aposentou-se no dia 7 de maio de 1.979, dois meses antes de alcançar a aposentadoria compulsória.

A partir de então, recolheu-se à vida privada e aos interesses familiares, mantendo o hábito da leitura e o prazer da música. Para minha alegria, o nosso convívio foi aumentando até chegar aos encontros diários.

Foi nessa época que, retomando o tema das nossas escolhas profissionais, tive a impressão de que o pensamento jurídico e o sentimento de Justiça eram um substrato invisível em que meus irmãos e eu sempre nos apoiávamos. Eram coisas tão naturais no nosso modo de ser, que profissão era algo para se buscar em outras direções. Acabei percebendo que, para nós, o Direito não era uma simples formação profissional, mas um modo de ser e de pensar, algo que desde cedo aprendemos em nossa casa, sem nos darmos conta de quão fundamental ele era em nossas vidas.

Penso que o Franz, como na intimidade chamamos ao Desembargador Sena Rebouças, descobriu isso a tempo, pois na minha lembrança ele pretendia ser arquiteto. Luiz encampou a Medicina, mas, terminada sua formação em Psiquiatria, começou a se destacar na medicina forense. Tornou-se um Perito respeitado e, mais tarde, formou-se também em Direito. Paulo, que pretendia cursar a Faculdade de Direito, foi para a Agronomia e pós graduou em Administração de Empresas, mas sempre argumentando como um advogado. A Mariô, como carinhosamente chamamos à nossa irmã, teve dificuldades na Getúlio Vargas por exibir um raciocínio jurídico que superava as expectativas da cadeira de Direito do Trabalho, ficando sempre sob a suspeita de ter recebido algum auxílio externo. Eu, de meu lado, inicialmente explorando o campo da informática jurídica, também cedi aos encantos do Direito e, mais tarde, abracei a Magistratura.

Foi nesse trajeto que, finalmente, conheci o Jurista Acácio Rebouças.

Ao entrar para a Faculdade de Direito, passei a estudar os temas com que até então lidara intuitivamente. Nossos encontros diários tornaram-se uma extensão da Academia e ele sempre mostrava os aspectos que eu não percebera ou sequer tinham sido tratados nos limites da sala de aula.

Era assustadora a sua intimidade com a obra de Clóvis Bevilacqua, o grande Jurista que ainda hoje empresta



o nome à praça que contém esta Casa. Conhecia cada artigo e a razão de sua existência. Direito Penal, Comercial, Tributário? Conhecia isso tudo!

Muitas vezes meu irmão Luiz, que também cursava a Faculdade de Direito, chegava para esses almoços e a conversa ampliava. Nos encontros de sexta feira, o Franz lá estava, com certeza! Era quase uma sessão plenária!

Depois do almoço, meu pai me acompanhava até o centro, onde tomávamos um café no “Bar do Bigode”, logo ali na Senador Feijó, e então cada um seguia o seu caminho. Assim foram os meus anos de São Francisco.

Bacharel em Direito, ingressei para a Magistratura e, não poderia ser diferente, tive no Desembargador Acácio Rebouças a referência de que precisava. Era tudo muito familiar e, ao mesmo tempo, tão estranho!

Depois de uma rápida passagem pelo interior, cheguei à Capital como Juiz Auxiliar e, como acontece com os recém-promovidos, a toda hora vinha uma nova designação. Alguns colegas logo encontravam um porto seguro e nele lançavam suas âncoras. Outros, como aconteceu comigo, viviam na correria.

Isso não era ruim, porque a variedade de temas, nas diversas Varas da Capital, era muito atraente. Mas, para isso havia um preço a pagar, porque na rápida passagem pelas Varas, meu contato com os feitos era muitas vezes efêmero. Tinha que decidir sem nada conhecer nos autos. Algumas vezes isso deixava-me em conflito, porque, fosse eu o Juiz da causa, estaria decidindo de modo diferente daquele como o feito caminhava.

Foi numa conversa sobre isso que recebi outra grande lição do velho Magistrado:

“-Ao receber os autos, você é o Juiz da causa. As partes têm direito ao máximo de sua atenção, à sua absoluta independência e à sua plena consciência! Não lhes negue isso!”

Novamente, um grande silêncio...

Foram 53 anos de intenso convívio, período em que tive o privilégio de conhecer e conversar com pessoas ilustres, amigos de meu pai que sempre me acolheram e, algumas vezes, cordialmente responderam a perguntas incômodas.

Além dos já citados, ocorrem-me aqui os nomes dos Desembargadores Adriano Marrey, Fernando Euler Bueno, Manoel Mendes de Almeida França, Manoel Tomaz Carvalhal, Márcio Martins Ferreira, Marcos Nogueira Garcez, Mário Hoepfner Dutra e do Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, tio do atual Governador do Estado, que vim a conhecer num daqueles almoços de sábado, que o então Desembargador oferecia aos amigos.

Não poderia omitir o nome do Dr. Luiz de Mello Kujawiski, colega e grande amigo do Acácio, desde os tempos do ginásio de Ribeirão Preto. Fez carreira no Ministério Público com ele muito conversei, nas vezes em que o encontrava com meu pai.

Finalmente, impõe-se também o nome de Paulo Bomfim, o Príncipe dos Poetas, outro grande amigo de meu pai e constante interlocutor. Desses encontros, fui o beneficiado!

Poderia ter aqui trazido outros aspectos da história de vida do Desembargador Acácio Rebouças, mas escolhi apresentar-lhes aquela que me foi mais próxima, a do homem, pai e amigo, porque, imagino, poucos das Senhoras e dos Senhores conhecem esse lado, que me é tão especial e tão querido! Tenho a certeza de que cada um de meus irmãos aqui traria outra visão do pai, do homem e do Juiz que nos abriu os caminhos da vida, pois a essência de sua relação com cada um de nós, assim como das que mantinha com o restante da família e com seus amigos e colegas da Magistratura, era única e personalíssima, artesanalmente construída!

Ao falecer, em 13/10/2003, o Desembargador Acácio Rebouças deixou uma família de cinco filhos, doze netos e três bisnetos, genro e noras, uma família profundamente ligada ao Direito e aos ideais de Justiça que ele sempre ensinou e defendeu, uma família com Magistrados e Advogados. Para nosso orgulho, essa chama de Magistratura





continua acesa, hoje nas mãos de sua neta, a Dra. Sílvia Toop Sena Rebouças.

Amanhã, 8 de julho, meu pai completaria 106 anos de vida! Para ele não haveria melhor momento que comemorar o aniversário na companhia de tantos amigos que Vossa Excelência, Senhor Presidente, houve por bem reunir nesta sala tão especial da Casa que, nesses anos todos, abrigou a alma do Desembargador Acácio Rebouças.

A oportunidade trazida por este evento permitiu-me reviver isso tudo e, ainda, conhecer outras histórias e aspectos do seu mundo, que agora enriquecem a minha memória de sua vida.

É com muito orgulho e com grande sentimento de honra que aqui compartilho a minha história ao lado do Desembargador Acácio Rebouças, meu pai e o meu grande Amigo!

Obrigado, Sr. Presidente, por tudo isso que o convite de Vossa Excelência me proporcionou!

Em seguida, o desembargador **Francisco de Paula Sena Rebouças**, também filho de Acácio Rebouças, agradeceu a homenagem em nome da família.

Há alguns dias, em conversa com o Presidente José Renato Nalini surgiu o tema da preservação da memória, das coisas mais relevantes para o país e suas instituições, mas um tema descuidado entre nós, o que explica, segundo me disse, a sua orientação de preservar a memória deste Tribunal. Essa deficiência histórica é real e foi, inclusive, objeto de conhecida análise de Claude Lévi-Strauss, ao escrever sobre São Paulo, entre outras cidades das Américas, e a falta de vestígios do passado.<sup>1</sup>

Esta cerimônia ocorre em cumprimento desse nobre objetivo, abrindo-me aqui o ensejo de agradecer a homenagem prestada à memória de meu pai, que foi um juiz de outros tempos, quase esquecidos, de um Brasil mais simples, mais sereno, de cidades plácidas, de comarcas distantes, de estradas de terra, de comunicações precárias, exceto pelas ferrovias de São Paulo, então viventes e eficazes. Tive com ele uma longa e proveitosa convivência, inclusive no trabalho, desde o final da década de 1950, no então único Tribunal de Alçada, que me levou a acompanhar a sua carreira até o dia da aposentadoria ocorrida nesta Corte. Sinto-me no dever de pincelar algumas poucas tintas, suficientes, eu creio, para moldar o retrato que guardo dele.

Acácio Rebouças é um exemplo tirado daquela constelação de jovens paulistas formados no primeiro terço do século XX, envolvidos pela bandeira do constitucionalismo em 1932 e, antes, pelo clima humanista de 1922, que impregnou a intelectualidade do país durante a ebulição do modernismo nas artes, na música e na literatura, uma atmosfera que se tornara densa com o desastre da Guerra de 1914 e a Revolução Russa de 1917, alcançando a depressão mundial contemporânea à queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, a crise do café e da nossa Primeira República.

Esses mesmos paulistas viram São Paulo se transformar de uma velha província na maior metrópole do país, a partir da inauguração do *Edifício Martinelli* em 1929, da fundação da USP em 1934, da primeira linha aérea para o Rio de Janeiro em 1936; dois anos mais tarde, em 1938, da posse do prefeito Prestes Maia que, com Ulhôa Cintra, elaborara em 1930 o seu conhecido e relevante projeto urbanístico. Em 1947, com a inauguração do MASP, São Paulo passa a integrar, em termos culturais e mundiais, o rol das cidades que cultivam os mais brilhantes museus de arte.<sup>2</sup> Todos esses acontecimentos, anteriores à passagem da economia do café para a indústria, vão refletir na formação desses jovens.

Nascido em 1909, em Ribeirão Preto, onde cursou o Ginásio do Estado, voltado para as letras clássicas que, desde os gregos e os latinos, guardam “a sabedoria do homem e a sabedoria do Estado”<sup>3</sup>, meu pai se formou em

1 CLAUDE LÉVI-STRAUSS, “*Tristes tropiques*”, Plon, Paris, 2009, p.114: sobre São Paulo, “...une ville où rien d'autre n'évoquait l'histoire en deçà du siècle dernier”.

2 cf. ROBERTO POMPEU DE TOLEDO, “*A Capital da Vertigem*”, uma história de São Paulo de 1900 a 1954, ed. Objetiva, RJ, 2015, p. 277, 345, 353/354, 366 e 488/489.

3 MARGHERITE YOURCENAR, “*Memórias de Adriano*”, 9ª.ed., Nova Fronteira, RJ, 1981, p.42.



grau superior pela Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1931. Tornando-se juiz por concurso público, logo integrou uma geração que, pela agudeza intelectual, a magistratura paulista iria projetar no país.

Um juiz daqueles tempos, voltado para o múnus de distribuir justiça, tinha uma visão completa do mundo jurídico. Depois de longo percurso, mais de 25 anos na jurisdição civil, foi decano da Seção Criminal, onde julgou 16 anos. No ponto mais alto da carreira, presidiu o Tribunal Regional Eleitoral, recebeu a investidura de Corregedor-Geral da Justiça e foi o último presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo no *ancien régime*, o tribunal com 36 desembargadores, todos na plenitude das atribuições administrativas do Judiciário e integrantes do Plenário. No campo da doutrina, foi um dos juristas escolhidos para adaptar ao direito civil brasileiro o grande *Tratado de Cunha Gonçalves*.

Não só na música, mas também em prosa e verso, as tertúlias eram frequentes em casa, que então parecia transformar-se num refúgio contra a pressão dos processos e o pesado trabalho da Corte.

Este seu poema, intitulado “*Un suspiro*” dá a medida do que falo:

Miseros dedos meus, entorpecidos, esbarrando, impotentes, no teclado...

Em vão eu vos confio os meus gemidos... Em vão a vós recorro, torturado !

Punge-me a angústia louca dos vencidos quando vejo batido, derrotado,  
o anseio de imergir os meus sentidos na beleza imortal do trecho ideado !

Retomar a longínqua adolescência, aplicar-vos com zelo, com paciência, alcançar o vigor da execução...

Tocar *Chopin, Beethoven, Schumann, Liszt*... Encontrar a harmonia onde ela existe...

É o meu suspiro... A minha frustração.

Para os que conviveram com ele (entre os que conviveram devo destacar o poeta Paulo Bomfim, decano da Academia Paulista de Letras e que prestigia com a sua presença não só a literatura, mas este Palácio da Justiça), era um homem íntegro, um administrador capaz e discreto, um juiz retilíneo, enérgico, porém marcado pela bondade, por um intelecto atilado e por uma invejável cultura humanista. Além disso, no dizer do desembargador Macedo Costa, foi um magistrado livre de formalismos, despreocupado de elogios, sem temor de críticas, mas sensível às observações verdadeiras, construtivas e leais.<sup>4</sup>

Como homem de seu tempo, era avesso às injeções de obscurantismo que instilaram em nosso ordenamento jurídico o autoritarismo de 1930 e o anti-federalismo de 1937, reflexos de uma escuridão européia que então difundia o seu encanto no velho continente e na América Latina. Na primeira metade do século XX, a Europa foi tomada pelo que já se chamou de totalitarismo terrificante<sup>5</sup>, exibindo a silhueta de um “continente sombrio”<sup>6</sup>, e essa atmosfera chegou aqui auxiliada pelo positivismo republicano, uma filosofia autoritária que também constituiu, entre nós, uma barreira ao conhecimento e à pesquisa.<sup>7</sup> Foram precisamente nessas sombras que o Brasil se acostou nos períodos autocráticos da sua história republicana.

E não faltou a consideração dessa influência em nossa doutrina administrativa para que, num julgamento do tribunal pleno, ele ponderasse sobre o cuidado que devemos ter com os conceitos e as palavras. Sem esse cuidado, sem decantarmos as tendências dessas fontes sombrias, dizia ele, podemos ser levados a descobrir um sentido lato na palavra lei, ou uma distinção entre lei material e lei formal para nela resguardar os excessos do decreto ou os

4 RJTJSP (Lex), 59/452.

5 LILIA SCHWARCZ e HELOISA STARLING, “*Brasil: uma biografia*”, ed. Companhia das Letras, SP, 2015, p.367.

6 MARK MAZOWER, “*Continente Sombrio*” – *A Europa no século XX*, trad. de Hildegard Feist, Companhia das Letras, SP, 2001.

7 SAMPAIO BRUNO advertia que o positivismo no Brasil, além de tudo, constituiu um obstáculo ao avanço do conhecimento e da pesquisa (cf. Carlos Guilherme Mota, “*História e Contra-História*”, ed. Globo, SP, 2010, p.100).



abusos das manifestações de pensamento dos detentores do Poder.<sup>8</sup>

Contrário ao centralismo que aproximava o Poder Executivo do “ideal de ditadura republicana preconizado pelos positivistas”<sup>9</sup>, centralismo que evoca a *funesta paixão do poder* referida por Manoel Bomfim<sup>10</sup> e que até sob os focos tributário e fiscal, nos traz problemas e não soluções, Acácio Rebouças sustentava que o nosso espírito autonomista, do qual existem tantos registros históricos, e de onde saiu a federação, era fruto do “*gênio político, conciliatório e prudente que constituiu a nossa herança portuguesa*”. Por isso ele louvava a posição de Sampaio Dória, velho mestre das Arcadas, que atribuía ao ideal federativo “o cimento da integridade da pátria”.<sup>11</sup>

Quando foi juiz no interior de São Paulo, numa época em que todos convivíamos com o retrato do ditador nos lugares públicos, em pleno Estado Novo, manteve na parede de seu escritório o retrato de Franklin Delano Roosevelt. Era uma forma pictórica de lembrar que, mesmo sem o culto do liberalismo econômico, do qual Roosevelt não se revelou paladino, em qualquer circunstância a liberdade democrática se impõe como essencial à sociedade e ao direito. E ainda que se relacione a atitude ao tempo, o preceito é atualíssimo, como se deduz de uma boa parte do mundo contemporâneo envolto nos conflitos entre os regimes de liberdade e as autocracias que existem, às vezes ao ponto de identificar, no plano do terrorismo, embates entre a civilização culta e a barbárie.

Pela presença de quase meio século na magistratura de São Paulo, Acácio Rebouças ganhou de seus contemporâneos a aura de um juiz independente, “um espírito marcado por profundo sentido de independência”, como a ele se referiu o Desembargador Sylvio do Amaral<sup>12</sup> por ocasião da aposentadoria, jubilação que ele postulou ainda no exercício do mandato de presidente do Tribunal de Justiça, desgostoso da vigência da reforma judiciária de 1979, a que ele havia dado combate desde o fechamento do Congresso para que o Poder Executivo pudesse, sozinho, sem legitimidade, sem o controle do Parlamento e com ofensa a princípios básicos do constitucionalismo, executar projetos e realizar reformas, máxime a reforma do Poder Judiciário, que era o verdadeiro alvo desse ato de força.<sup>13</sup>

No mundo atual a cultura tecnocrática tem uma inegável presença. Vivemos num período de predomínio da técnica, e até na aplicação do direito fala-se em juízes técnicos e em decisões técnicas. E esse é o prisma da minha derradeira lembrança de meu pai. Justamente porque o exercício da magistratura não se reduz à interpretação técnica da lei, nem pode sujeitar-se a tutelas que suprimam o uso da razão, é que, para ele, a cultura tecnocrática da vida contemporânea era tão necessária quanto o cultivo das humanidades.

Só o humanismo responde pelo que Rouanet chamou de versatilidade do espírito, e ainda nos abre as portas do pensamento crítico<sup>14</sup>, sem o qual ninguém consegue dizer o direito.

É o humanismo, a simplicidade do ser humano e um espírito arguto que, em última análise, respondem pela figura de Acácio Rebouças, objeto desta tocante homenagem no Tribunal de Justiça de São Paulo onde hoje viemos, seus familiares e descendentes, para registrar que somos profundamente gratos pela lembrança de sua presença nesta Casa.

A todos, especialmente ao Presidente, Desembargador José Renato Nalini, que idealizou cerimônias como esta, muito obrigado.

No encerramento da cerimônia, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Renato Nalini, saudou os familiares do homenageado e afirmou que os pronunciamentos feitos nos eventos do projeto **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante** têm sido como uma pós-graduação, tendo em

8 MS 213.314, SP, j. 25/10/1972, in RT 455/57 e RJTJSP (Lex) 25/300.

9 ANTONIO PAIM, “*História do Liberalismo Brasileiro*”, Mandarim, SP, 1998, p.128.

10 MANOEL BOMFIM, “*O Brasil Nação*”, 2ª.ed. Topbooks, RJ, 1996, p.448.

11 RJTJSP (Lex), 44/504.

12 RJTJSP (Lex), 59/462.

13 RJTJSP (Lex), 44/504, 53/386 e 56/467.

14 SERGIO PAULO ROUANET, “*As razões do Iluminismo*”, Companhia das Letras, SP, 2008, p.323.



vista o rico conteúdo. “Acácio Rebouças foi um dos homens mais corajosos desta casa. Não se apegou ao poder e ousou permanecer do lado correto e ético, contra aqueles que estavam transitoriamente conduzindo os destinos do País.”

Prestigiaram a cerimônia o vice-presidente do TJSP, desembargador Eros Piceli; os presidentes das Seções de Direito Criminal, Privado e Público, desembargadores Geraldo Francisco Pinheiro Franco, Artur Marques da Silva Filho e Ricardo Mair Anafe, respectivamente; o ministro Sidnei Beneti; o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Aloísio de Toledo César, representando o governador; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Antonio Carlos Mathias Coltro; a diretora da International Association of Women Judges para América Latina e Caribe, desembargadora Maria Cristina Zucchi; o presidente da Comissão de Resgate da Memória da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, José de Ávila Cruz, representando a presidente em exercício; o conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo, Rogério de Menezes Corigliano, representando o presidente; o delegado chefe da Assessoria Policial Civil do TJSP, Fábio Augusto Pinto; os juízes assessores da Presidência, Afonso de Barros Faro Júnior, Ricardo Felício Scaff, Alexandra Fuchs de Araujo, Maria Fernanda de Toledo Rodovalho, Paulo Antonio Canali Campanella, Maria de Fatima Pereira da Costa e Silva e Fernando Awensztern Pavlovsky; o chefe do gabinete da presidência do TJSP, Paulo Bomfim; os familiares: desembargador Antônio Galvão Furquim Rebouças (irmão); a filha Maria Olinta Sena Rebouças; o neto Carlos Alberto e a bisneta Julia; desembargadores, juízes, integrantes do Ministério Público, defensores públicos, advogados, familiares, servidores e convidados.